

## Privatização e Educação: análises contemporâneas

Maria Vieira Silva<sup>1</sup>  
Úrsula Adelaide de Lélis<sup>2</sup>

**Entrevista:** Professor Dr. Luiz Carlos de Freitas  
Universidade Estadual de Campinas

---

O professor LUIZ CARLOS DE FREITAS é pedagogo; livre-docente (1994) e pós-doutor (1996) em educação; doutor em Ciências (Psicologia Experimental) (1987), pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em educação (1974), pela Universidade Católica de Chile (UCC). Atualmente é professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem e de Sistemas. Sua produção científica e tecnológica tem como temas recorrentes: Avaliação; Políticas Públicas; Neoliberalismo; Didática; Organização do Trabalho Pedagógico; Progressão Continuada e Ciclos de formação<sup>3</sup>.

---

**O contexto sociopolítico e econômico, na realidade brasileira, causa-nos certa estranheza e distopias face a ascensão e fortalecimento do ideário neoliberal e da retórica de cariz neofascista. Considerando seu olhar apurado sobre a conjuntura brasileira, poderia nos proporcionar algumas reflexões sobre esse cenário em relação às possibilidades e limites de mudanças, por meio de eleições para o Executivo Federal e para o parlamento em nível estadual e federal?**

**Luiz Carlos de Freitas** – Penso que a crise que o capitalismo enfrenta em escala global irá dificultar cada vez mais a luta institucional, ou seja, a luta por dentro do Estado via

---

<sup>1</sup> Pós-Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [mvieirafu@ufu.br](mailto:mvieirafu@ufu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Pedagoga. Professora na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pesquisadora associada do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação (GEPED-Unimontes) e do Grupo Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE-UNICAMP). Membro do Comitê Científico da Revista Educação, Escola e Sociedade (PPGE/Unimontes). Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. Email: [ursulalelis@gmail.com](mailto:ursulalelis@gmail.com). CV: <http://lattes.cnpq.br/6133932943405996>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4683-4444>.

<sup>3</sup> CV: <http://lattes.cnpq.br/3168061404328163>



eleições. Isso não significa deixar a luta institucional de lado ou não a realizar, já que não estamos em condições de escolher o campo de luta, mas penso que ela deve ser vista como um objetivo mais tático do que estratégico.

As perspectivas atuais são para, no melhor dos casos, recuperarmos as teses da social-democracia, mas temos que ter claro que elas estão em baixa. A social-democracia se desenvolve no campo do “liberalismo centrista” (Wallerstein) e está sob ataque das formas neoliberais e de extrema-direita.

Há ainda a possibilidade de que se desenvolva um neoliberalismo ‘progressista’, descrito por Nancy Fraser, que combina as principais teses neoliberais em relação ao papel do Estado com reivindicações identitárias – caso típico de Biden nos Estados Unidos.

No entanto, penso que os próximos quatro anos – no caso de uma vitória da social-democracia – serão anos que devemos ver como de transição e que deveriam permitir ganhar fôlego para que a esquerda mais consistente possa se organizar e mobilizar. A tarefa mais urgente, agora, é deter a coalisão da extrema-direita com o neoliberalismo.

Isto posto, nesse eventual período de transição, é necessário um grande esforço de mobilização. Se nos conformarmos com uma luta no interior das instituições, sem mobilização das bases de sustentação política, com vista a nos prepararmos para lidar com as consequências da crise do capital (ambiental, socioeconômica e geopolítica), não nos qualificaremos como força política relevante no momento seguinte. O capital entrou em rota de colisão com a democracia liberal e vai radicalizar cada vez mais, apelando, se necessário, para as forças políticas de extrema-direita. A democracia liberal (incluindo a sua forma social-democrata) não consegue mais garantir as condições para a permanente acumulação de capital.

**Após três décadas da publicação de “Neotecnicismo e formação do educador”, o que considera importante para atualizar suas teses sobre os imperativos do neotecnicismo no processo de formação dos profissionais da educação?**

**Luiz Carlos de Freitas** – O que assistimos durante este período foi a materialização daquelas teses, infelizmente. Nos vários setores da sociedade – inclusive na educação – elas avançaram.

Mesmo durante os governos progressistas, que amenizaram tais teses, elas não deixaram de operar de forma mais branda. A privatização branda da educação (por Organizações Sociais sem fins lucrativos) avançou; as avaliações nacionais de aprendizagem – alavanca de privatização - tornaram-se censitárias e não mais amostrais; a conexão com avaliações internacionais da OCDE, como o PISA, avançaram; até a política educacional do Ceará, baseada em avaliar e responsabilizar, inclusive com distribuição diferenciada de recursos aos municípios em função de resultados de exame, foi louvada por setores da esquerda e tida como modelo (como exemplo, o caso de Sobral). Tais políticas foram criadas nos países centrais em seus governos neoliberais e estão sendo aplicadas sem sucesso por lá nos últimos 40 anos. Foram importadas destes países neste período. E não será fácil sair delas.

Depois do golpe, com Temer, essas políticas radicalizaram-se ainda mais com o predomínio de seus adeptos na composição do MEC e do CNE.

**Quais os desafios para as entidades acadêmicas desenvolverem uma resistência propositiva à lógica tecnicista presente na Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) no atual cenário?**

3

**Luiz Carlos de Freitas** – A principal amarra das políticas neoliberais é sua ligação com a avaliação. A ideia de “alinhar” a BNCC com a formação de professores, com material didático (agora on-line) e com avaliação é a marca dessas políticas. Embora há 11 anos isso tenha sido feito nos Estados Unidos com o *Common Core*, tais políticas circulam como “zumbis” pelo mundo e seus resultados são pífios no que diz respeito à melhoria do desempenho dos estudantes e aumento da equidade. Como diz Diane Ravitch, nunca funcionam, mas nunca morrem.

Mas, apesar de esta alegada melhoria ser a desculpa para implementar tais políticas, na verdade seus objetivos são outros e se remetem aos horizontes da política neoliberal – o controle da escola e sua transferência para o setor privado, na lógica de redução do papel do Estado. Porém, independentemente de seus resultados, a avaliação é a grande amarra que modula sua implementação.

Portanto, este será o problema que as universidades terão que enfrentar com a questão da implementação da chamada BNC da Formação: haverá uma avaliação nacional dos estudantes e uma auditoria de currículos e de instituições.

No entanto, no conceito de autonomia universitária, nada impede que as universidades incluam – para além da Base especificada – outras ações formativas que coloquem em xeque as próprias Bases, desenvolvendo uma perspectiva crítica na formação de seus estudantes em relação a elas.

Penso ainda que é o momento de as universidades aumentarem seu contato com os professores que estão em exercício e disputarem a formação continuada destes, retirando-a do âmbito das ONGs e Institutos privados.

No campo das pesquisas, as universidades, em seus programas de pós-graduação, devem incentivar estudos comparativos com outros países que aplicaram essas políticas e mostrar os problemas que estão tendo com elas – por exemplo, o caso do Chile.

A médio e longo prazo, seremos auxiliados pela pouca efetividade dessas políticas e sua insuficiência ficará cada vez mais explícita, desmascarando seus reais objetivos.

**A configuração do ensino médio, a partir da reforma ensejada pela Lei n.º 13.415, começa a ser implementada, oficialmente, este ano, nas escolas públicas e privadas. Como expressivo estudioso das reformas empresariais, qual sua percepção sobre a reforma do ensino médio e quais os desafios para os sistemas estaduais de ensino para lidar com este dispositivo jurídico, sem ampliação de uma política de financiamento?**

**Luiz Carlos de Freitas** – Esta questão é melhor tratada por profissionais que se dedicam ao estudo do ensino médio. Arrisco dizer, no entanto, que a reforma aprofunda a dualidade da educação brasileira: existirão aqueles que transitarão por itinerários que os levarão às universidades e existirão aqueles que transitarão por itinerários profissionalizantes que os afastarão das universidades. Tal modulação terá um componente de classe social.

**No contexto de reformas educacionais ancoradas na racionalidade política da lógica neoliberal, quais as possibilidades de construção de contra-hegemonia a esse processo, no interior das escolas públicas?**

**Luiz Carlos de Freitas** – Como já explicitou Rancière, não existe biopolítica atrelada a um biopoder inexorável, porque essas duas áreas têm lógicas diferentes. Se o poder é o campo da violência, a política, podemos dizer, é o campo em que a subjetividade tem seu

lugar e abriga a possibilidade da contrarregulação. Já tivemos que derrotar uma ditadura e o fizemos.

A questão, no entanto, que dificulta, nesse momento, é a crescente crise do capital que o levará a um jogo de tudo ou nada e, portanto, a uma maior violência. Mas, no campo das políticas, as possibilidades sempre estarão presentes, e, como a crise vai mexer com as pessoas, com sua vida, as possibilidades de mobilização vão aumentar mesmo em condições políticas eventualmente adversas. No entanto, temos que investir na mobilização e na conscientização da crise desde agora e, para isso, precisamos de espaço – inclusive institucional. O capitalismo, ao contrário do que pensam os economistas liberais, não tem conserto. Temos que pensar uma nova forma de organização social.

**Em “A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias”, há reticências sobre análises possíveis, em 2018, sobre o governo do PT (Lula e Dilma). Hoje, já é possível realizá-las? No campo da educação, quais já poderiam ser feitas?**

**Luiz Carlos de Freitas** – Penso que esta questão está contemplada em respostas anteriores. Sendo mais específico, devemos disputar o programa de um eventual governo progressista procurando reverter os avanços na implantação das políticas da coalisão neoliberal/conservadora no âmbito da educação. Isso inclui criar condições necessárias para acabar com o programa de financiamento e estímulo às escolas militarizadas e fechar as existentes, revertendo-as ao padrão público; garantir a liberdade e autonomia dos profissionais da educação; tornar as avaliações nacionais amostrais e desvinculadas de repasses de recursos ou outras consequências; reverter a privatização da educação inclusive na forma de terceirização a ONGs sem fins lucrativos; impedir a política de repasse de recursos públicos via contrato ou vouchers para a iniciativa privada; procurar reverter o ensino domiciliar; estabelecer novas bases nacionais curriculares e de formação de professores, revogando as atuais; limitar a introdução e uso de plataformas de aprendizagem on-line nas escolas públicas; impedir que as escolas do campo sejam tratadas como uma simples extensão das escolas urbanas, respeitando seus projetos e especificidades; convocar de imediato uma Conferência Nacional de Educação, precedida de Conferências Municipais e Estaduais, para definir as reformas educacionais necessárias à melhoria da educação brasileira.

**Do impedimento da presidenta Dilma ao governo bolsonarista, quais desenhos vêm se consolidando no empresariamento/privatização da educação? E quais formas de resistência já se configuram na escola pública?**

**Luiz Carlos de Freitas** – Do ponto de vista material, há uma preparação das grandes corporações, algumas que atuavam apenas no ensino superior, para atuarem na área da educação básica, recebendo recursos públicos via contrato ou vouchers. Este movimento se complementa com a difusão da educação híbrida on-line, que é vital para as empresas privadas maximizarem lucros. Há uma insistência na aprovação dos vouchers que transferem dinheiro público para a iniciativa privada – incluindo as escolas religiosas.

Do ponto de vista cultural há, ainda, toda a política educacional “zumbi”, copiada dos países centrais, que introduz a lógica meritocrática da reforma empresarial nas redes e escolas, com vistas a colocá-las nas mãos ideologicamente seguras do empresariado e das entidades religiosas.

A resistência tem sido apoiada nos sindicatos – eles mesmos atacados pela política neoliberal – que desempenham um importante papel de defesa coletiva dos profissionais da educação, bem como pelas entidades acadêmicas da área educacional e organizações dos estudantes. Os movimentos sociais também têm se organizado em defesa da educação pública.